



ANO CXIX DA IOE
121ª DA REPÚBLICA
Nº 31.911

DIÁRIO OFICIAL

Belém, terça-feira
10 de maio de 2011



sac@ioe.pa.gov.br

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

03 Cadernos
48 Páginas

A História no Diário Oficial

MOURA CARVALHO (CLXIV)

Em 06 de junho de 1960 o governador Luiz Geolás de Moura Carvalho assinou o Decreto nº. 3.065, por meio do qual concedia outorga de mandato ao Curso Normal Regional Escola Santo Antônio que funcionava na cidade de Belterra, em Santarém.

Naquele mesmo dia o governador ainda assinou o Decreto nº. 3.066, que também concedia outorga de mandato ao Curso Normal Regional da Escola São Raimundo Nonato, também em Santarém.

A validação daquelas concessões de direito dependeria da confirmação do Ministério da Educação e Cultura de acordo com o Regulamento do Ensino Normal do Estado. Os cursos seriam fiscalizados pelo presidente do Conselho Escolar do município.

Já no expediente do dia 07 de junho do mesmo ano o governador assinou o Decreto nº. 3.069, que concedia isenção, pelo prazo de 10 anos, de todos os impostos e taxas estaduais, excetuados os de exportação, às atividades industriais desenvolvidas pela Companhia Pesqueira do Pará Ltda., e pela Fábrica de Gelo São Pedro Ltda. As empresas foram constituídas para industrialização e conservação do pescado.

■ RIBAMAR CASTRO



Atendimento à criança e ao adolescente é priorizado no Pará

A adoção de mecanismos na elaboração e execução orçamentária dos municípios paraenses, para atendimento ao princípio da absoluta prioridade à criança e ao adolescente, foi regulamentada pelo Tribunal de Contas dos

Municípios, de acordo com a Resolução nº 9.920. Dentre os mecanismos está a criação dos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, que vão operar os recursos destinados à política de proteção integral à

criança e ao adolescente, em caráter de complementação ao financiamento realizado nas diversas áreas, como saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer, trabalho e justiça.

CADERNO 3 - PÁGINA 6

Composição das promotorias de Justiça de Terceira Entrância

A composição das Promotorias de Justiça de Terceira Entrância e as atribuições dos cargos dos Promotores de Justiça podem ser conferidas na Resolução 003/2011, do Ministério Público do Estado do Pará, de 25 de abril de 2011. As Promotorias de Justiça de Terceira Entrância compreendem: Direitos Humanos e Controle Externo da Atividade Policial; Crimes Contra a Ordem Tributária; Execuções Penais,

Penas e Medidas Alternativas; Criminal; Militar; Tribunal do Júri; Entorpecentes; Cíveis; Ações Constitucionais e Fazenda Pública; Defesa Comunitária e da Cidadania; Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa; Infância e Juventude, e as Promotorias de Justiça de Icoaraci, representando significativo ganho para a sociedade.

CADERNO 3 - PÁGINA 9

Iniciação à docência

Práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar, que busquem contribuir para elevação da qualidade da formação dos futuros professores nas escolas públicas, serão apoiadas com a implantação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID/CAPES, uma parceria entre a Uepa e a Secretaria de Educação do Município de Moju.

CADERNO 3 - PÁGINA 3

Abastecimento de água

Oriximiná será mais um dos municípios paraenses beneficiados com a execução de obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. O comunicado é da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), que informa que o Sistema de Abastecimento de Água do município será ampliado e receberá melhorias, que contribuirão para a qualidade de vida da população do Oeste paraense.

CADERNO 1 - PÁGINA 9

Apoio à tecnologia

Bolsas de incentivo à Iniciação Tecnológica e Industrial são o reforço concedido pela Fapespa - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará, para apoiar atividades a serem desenvolvidas pelos bolsistas paraenses. É parte do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência - PRONEX /FAPESPA/CNPq, e que vai contribuir para o desenvolvimento tecnológico do estado do Pará.

CADERNO 1 - PÁGINA 13

Licitação para obras no HOL

Empresas de engenharia especializada são convidadas a participar da licitação para realizar obras diversas no Hospital Ophir Loyola. Vão alcançar setores como o ambulatório, banco de olhos, recepção da urodinâmica e outros como a antiga lavanderia e RPA da hemodinâmica/sala de ultrassonografia. A data de abertura da licitação será em 25 de maio de 2011, às 9h. Entrega do edital: www.compraspara.pa.gov.br.

CADERNO 2 - PÁGINA 10

EXPOSIÇÃO

Hélio Oiticica – Museu é o Mundo

Exposição das obras de um dos mais importantes artistas

brasileiros em seis instituições na cidade.

Abertura: 5 de abril. Em exposição até 5 de junho.

Locais e horários de visitaço:

Museu Histórico do Estado do Pará

(MHEP): De terça a sexta, das 10h às 18h. Sábado e domingo,

das 10h às 16h. Feriados, de 9h às 13h.

Museu do Forte do Presépio: De terça a sexta, das 10h às 18h.

Sábado e domingo, das 10h às 16h. Feriados, de 9h às 13h.

Estação Docas: De segunda a domingo de 12h às 24h

Forum Landi

De segunda a sexta, das 9h às 18h

Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (Centur)

Todos os dias, das 9h às 22h.

Espaço Cultural Casa das 11 Janelas

De terça a sexta, das 10h às 18h. Sábado e domingo, das 10h às

16h. Feriados, de 9h às 13h.

CINEMA

Local: Cineclube Alexandrino Moreira (IAP)

Horário: Sempre às 19h (Entrada franca)

Data: 16/05/11

"Crônica do Amor Louco" - Drama

Data: 23/05/11

"A Canga" de Marcus Vilar - Ficção

"Amarelo Manga" de Cláudio Assis - Drama

Data: 30/05/11 "Viagem à Citera" de Theo Angelopoulos - Drama

VENDA DE EXEMPLAR

- | | |
|------------|----------|
| ■ Avulso | R\$ 2,00 |
| ■ Atrasado | R\$ 3,00 |

ASSINATURA / RECLAMAÇÃO

91 4009-7810 / 4009-7818

ASSINATURA SEMESTRAL

- | | |
|------------------|------------|
| ■ Capital | R\$ 200,00 |
| ■ Outras cidades | R\$ 350,00 |

ASSINATURA ANUAL

- | | |
|------------------|------------|
| ■ Capital | R\$ 400,00 |
| ■ Outras cidades | R\$ 650,00 |

OBS 1: As assinaturas do **Diário Oficial** não dão direito ao recebimento de **Cadernos Especiais**, elaborados exclusivamente aos órgãos interessados.

OBS 2: As reclamações deverão ser feitas 24 horas após a circulação do **Diário Oficial** na Capital, e até 8 dias nos demais Estados e Municípios.

PUBLICAÇÕES*

91 4009-7810³
4009-7819

- | | | |
|---------------------|-----|-------|
| ■ cm x coluna (8cm) | R\$ | 65,00 |
|---------------------|-----|-------|

(*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

ORCAMENTO GRÁFICO

91 4009-7810
4009-7817



Simão Robison Oliveira Jatene
GOVERNADOR

Helenilson Cunha Pontes
VICE-GOVERNADOR

Manoel Pioneiro
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Raimunda do Carmo Gomes Noronha
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Antônio Eduardo Barleta de Almeida
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA



DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO,
REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO
Trav. do Chaco, 2271
Marco • CEP: 66.093-410
Belém - Pará
PABX: 4009-7800
FAX: 4009-7819
www.ioe.pa.gov.br

Luis Cláudio Rocha Lima
PRESIDENTE

Michelly dos Santos Freire
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Pedro Paulo Pereira Ferreira
DIRETOR INDUSTRIAL

Ana Carmen Palheta Alves
DIRETORA DE DOCUMENTAÇÃO E TECNOLOGIA

NESTA EDIÇÃO | terça-feira, 10 de maio de 2011

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA CAD. 1 - PÁG. 5
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA..... CAD. 1 - PÁG. 6
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CAD. 1 - PÁG. 6
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO CAD. 1 - PÁG. 7
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO
E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS CAD. 1 - PÁG. 7

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR CAD. 1 - PÁG. 7

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ - IDESP CAD. 1 - PÁG. 7

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO CAD. 1 - PÁG. 7
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO CAD. 1 - PÁG. 7

SECRETARIA DE ESTADO

DE ADMINISTRAÇÃO CAD. 1 - PÁG. 8
EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS
DO PARÁ CAD. 1 - PÁG. 8
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
DO ESTADO DO PARÁ..... CAD. 1 - PÁG. 8
ESCOLA DE GOVERNO DO ESTADO DO PARA..... CAD. 1 - PÁG. 8

SECRETARIA DE ESTADO DE

DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL CAD. 1 - PÁG. 9
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ CAD. 1 - PÁG. 9

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA

..... CAD. 1 - PÁG. 9
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ..... CAD. 1 - PÁG. 9
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ CAD. 1 - PÁG. 9
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO
ESTADO DO PARÁ..... CAD. 1 - PÁG. 10

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO,

CIÊNCIA E TECNOLOGIA CAD. 1 - PÁG. 12
COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO CAD. 1 - PÁG. 13
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO
ESTADO DO PARÁ..... CAD. 1 - PÁG. 13
COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ CAD. 1 - PÁG. 13

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA..... CAD. 1 - PÁG. 13
BANCO DO ESTADO DO PARÁ..... CAD. 1 - PÁG. 15

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,

ORÇAMENTO E FINANÇAS. CAD. 1 - PÁG. 16

SECRETARIA DE ESTADO

DE MEIO AMBIENTE CAD. 1 - PÁG. 16
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL..... CAD. 2 - PÁG. 1

SECRETARIA DE ESTADO DE

SEGURANÇA PÚBLICA CAD. 2 - PÁG. 1
POLÍCIA CIVIL CAD. 2 - PÁG. 1
POLÍCIA MILITAR..... CAD. 2 - PÁG. 2

FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR CAD. 2 - PÁG. 2
CORPO DE BOMBEIROS
MILITAR DO ESTADO DO PARÁ CAD. 2 - PÁG. 3
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA
PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ CAD. 2 - PÁG. 3
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO
ESTADO DO PARÁ..... CAD. 2 - PÁG. 4
CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS
RENATO CHAVES CAD. 2 - PÁG. 6

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E

DIREITOS HUMANOS CAD. 2 - PÁG. 7

SECRETARIA DE ESTADO DE

SAÚDE PÚBLICA CAD. 2 - PÁG. 7
HOSPITAL OPHIR LOYOLA CAD. 2 - PÁG. 10
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DO PARÁ..... CAD. 2 - PÁG. 10
CENTRO DE HEMOTERAPIA E
HEMATOLOGIA DO PARÁ..... CAD. 2 - PÁG. 11
HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA CAD. 2 - PÁG. 11

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES..... CAD. 2 - PÁG. 12
FUNDAÇÃO CURRO VELHO..... CAD. 2 - PÁG. 12
INSTITUTO DE ARTES DO PARÁ..... CAD. 2 - PÁG. 12

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO CAD. 2 - PÁG. 12
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ CAD. 3 - PÁG. 3

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA E

DESENVOLVIMENTO SOCIAL..... CAD. 3 - PÁG. 3
FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DO PARÁ..... CAD. 3 - PÁG. 4

SECRETARIA DE ESTADO DE

PROJETOS ESTRATÉGICOS
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL CAD. 3 - PÁG. 4

SECRETARIA DE ESTADO DE PESCA

E AQUICULTURA CAD. 3 - PÁG. 4

SECRETARIA DE ESTADO DE

TRABALHO, EMPREGO E RENDA CAD. 3 - PÁG. 4

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ ... CAD. 3 - PÁG. 4

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO PARÁ..... CAD. 3 - PÁG. 5
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ CAD. 3 - PÁG. 7

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ CAD. 3 - PÁG. 9

MUNICÍPIOS..... CAD. 3 - PÁG. 14
EMPRESARIAL CAD. 3 - PÁG. 16

~~de 11.03.2004 e nos termos do Artigo 119, IV, Regimento Interno desta Corte, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora Andréia Rodrigues de Souza Moura, responsável pelo Convênio firmado entre a Obra Kolping do Brasil – Centro Profissionalizante Pedro Arrupe e a Prefeitura Municipal de Marabá, exercício de 2005, para que no prazo de 15 (quinze) dias, contados da 3ª publicação, apresentar defesa nos autos do Processo nº 0200504729-00 referente à Prestação de Contas daquele Convênio, no referido exercício financeiro.~~

~~Belém, 10 de maio de 2011.~~

~~Leonardo Macieira~~

~~Auditor – TCM.~~

~~**EDITAL Nº 197/2011/AUD.AC/GAB./TCM/PA**~~

~~(Processo nº 0280012004-00)~~

~~De Citação com prazo de 15 (quinze) dias, ao Senhor Álvaro Aires da Costa.~~

~~O Auditor do Tribunal de Contas dos Municípios usando das atribuições conferidas pela Resolução nº 7.474/TCM, item 3º, de 11.03.2004 e nos termos do Artigo 119, IV, Regimento Interno desta Corte, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor Álvaro Aires da Costa, responsável pela Prefeitura Municipal de Curralinho, exercício de 2004, para que no prazo de 15 (quinze) dias, contados da 3ª publicação, apresentar defesa nos autos do Processo nº 0280012004-00 referente à Prestação de Contas daquela Prefeitura, no referido exercício financeiro.~~

~~Belém, 10 de maio de 2011.~~

~~Alexandre Cunha~~

~~Auditor – TCM.~~

~~**EDITAL Nº 198/2011/AUD.SD/GAB./TCM/PA**~~

~~(Processo nº 0360022007-00)~~

~~De Citação com prazo de 15 (quinze) dias, ao Senhor João Bastos Rodrigues.~~

~~O Auditor do Tribunal de Contas dos Municípios usando das atribuições conferidas pela Resolução nº 7.474/TCM, item 3º, de 11.03.2004 e nos termos do Artigo 119, IV, Regimento Interno desta Corte, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor João Bastos Rodrigues, responsável pela Câmara Municipal de Itaituba, exercício de 2007, para que no prazo de 15 (quinze) dias, contados da 3ª publicação, apresentar defesa nos autos do Processo nº 0360022007-00 referente à Prestação de Contas daquela Câmara, no referido exercício financeiro.~~

~~Belém, 10 de maio de 2011.~~

~~Sérgio Dantas~~

~~Auditor – TCM.~~

~~**EDITAL Nº 200/2011/AUD.AL/GAB./TCM/PA**~~

~~(Processo nº 0140192008-00)~~

~~De Citação com prazo de 15 (quinze) dias, à Senhora Sílvia Maria Silva Boguea.~~

~~O Auditor do Tribunal de Contas dos Municípios usando das atribuições conferidas pela Resolução nº 7.474/TCM, item 3º, de 11.03.2004 e nos termos do Artigo 119, IV, Regimento Interno desta Corte, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora Sílvia Maria Silva Boguea, responsável pela Secretaria Municipal de Comunicação Social – COMUS do município de Belém, exercício de 2008, para que no prazo de 15 (quinze) dias, contados da 3ª publicação, apresentar defesa nos autos do Processo nº 0140192008-00 referente à Prestação de Contas daquela Secretaria, no referido exercício financeiro.~~

~~Belém, 10 de maio de 2011.~~

~~Alcimar Lobato~~

~~Auditor – TCM.~~

~~**EDITAL Nº 201/2011/AUD.AL/GAB./TCM/PA**~~

~~(Processo nº 0201018302-00)~~

~~De Citação com prazo de 15 (quinze) dias, à Senhora Marifrança do Socorro Souza de Oliveira.~~

~~O Auditor do Tribunal de Contas dos Municípios usando das atribuições conferidas pela Resolução nº 7.474/TCM, item 3º, de 11.03.2004 e nos termos do Artigo 119, IV, Regimento Interno desta Corte, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora Marifrança do Socorro Souza de Oliveira, responsável pela Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará, exercício de 2005, para que no prazo de 15 (quinze) dias, contados da 3ª publicação, apresentar defesa nos autos do Processo nº 0201018302-00 referente à Prestação de Contas daquela Prefeitura, no referido exercício financeiro.~~

~~Belém, 10 de maio de 2011.~~

~~Alcimar Lobato~~

~~Auditor – TCM.~~

~~**EDITAL Nº 202/2011/AUD.AL/GAB./TCM/PA**~~

~~(Processo nº 0750052005-00)~~

~~De Citação com prazo de 15 (quinze) dias, à Senhora Maria Catarina das Neves Melo.~~

~~O Auditor do Tribunal de Contas dos Municípios usando das atribuições conferidas pela Resolução nº 7.474/TCM, item 3º, de 11.03.2004 e nos termos do Artigo 119, IV, Regimento Interno desta Corte, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora Maria Catarina das Neves Melo, responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social de São Domingos do Capim, exercício de 2005, para que no prazo de 15 (quinze) dias, contados da 3ª publicação, apresentar defesa nos autos do Processo nº 0750052005-00 referente à Prestação de Contas daquele Fundo, no referido exercício financeiro.~~

~~Belém, 10 de maio de 2011.~~

~~Alcimar Lobato~~

~~Auditor – TCM.~~

~~**EDITAL Nº 203/2011/AUD.LM/GAB./TCM/PA**~~

~~(Processo nº 0200604099-00)~~

~~De Citação com prazo de 15 (quinze) dias, à Senhora Mayara Barbosa Sindeaux Lima.~~

~~O Auditor do Tribunal de Contas dos Municípios usando das atribuições conferidas pela Resolução nº 7.474/TCM, item 3º, de 11.03.2004 e nos termos do Artigo 119, IV, Regimento Interno desta Corte, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora Mayara Barbosa Sindeaux Lima, responsável pelo Convênio firmado entre a Casa do Estudante Marabaense – CEMAB e a Prefeitura Municipal de Marabá, exercício de 2006, para que no prazo de 15 (quinze) dias, contados da 3ª publicação, apresentar defesa nos autos do Processo nº 0200604099-00 referente à Prestação de Contas daquele Convênio, no referido exercício financeiro.~~

~~Belém, 10 de maio de 2011.~~

~~Leonardo Macieira~~

~~Auditor – TCM.~~

~~**ADMISSÃO DE SERVIDOR**~~

~~**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 227164**~~

~~Órgão: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS~~

~~Modalidade de Admissão: Comissionado~~

~~Ato: 0307/2011~~

~~Data de Admissão: 21/03/2011~~

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Observação
JESUS NAZARENO DRAGA NASCIMENTO	Assistente Técnico I	Art. 6º, inciso II, da Lei nº 5.810, de 20/04/94

~~Ordenador: CONSELHEIRO PRESIDENTE JOSÉ CARLOS ARAÚJO~~

~~**ADMISSÃO DE SERVIDOR**~~

~~**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 227166**~~

~~Órgão: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS~~

~~Modalidade de Admissão: Comissionado~~

~~Ato: 0446/2011~~

~~Data de Admissão: 01/04/2011~~

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Observação
JOSÉ MARIA SIQUEIRA DA SILVA	ASSESSOR ESPECIAL II	Art. 6º, inciso II, da Lei nº 5.810, de 20/04/94

~~Ordenador: CONSELHEIRO PRESIDENTE JOSÉ CARLOS ARAÚJO~~

~~**TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR**~~

~~**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 227167**~~

~~Ato: 0484/2011~~

~~Término Vínculo: 01/04/2011~~

~~Tipo: Término de Vínculo de Servidor~~

~~Motivo: Art. 60, inciso I, da Lei nº 5.810, de 24/01/94~~

~~Órgão: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS~~

~~Servidor(es):~~

~~Comissionado / MONYQUE DA SILVA RODRIGUES COUTO (ASSISTENTE TÉCNICO I) / Art. 60, inciso I, da Lei nº 5.810, de 24/01/94~~

~~Ordenador: CONSELHEIRO PRESIDENTE JOSÉ CARLOS ARAÚJO~~

~~**PUBLICAÇÃO DE ATOS**~~

~~**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 229934**~~

~~**RESOLUÇÃO Nº 9.920/ 2010/TCM, DE 30/11/2010**~~

~~Dispõe sobre a adoção de mecanismos na elaboração e execução orçamentária da Administração Municipal, para atendimento ao princípio da absoluta prioridade à criança e ao adolescente, de que trata o Art. 227, da Constituição Federal, no âmbito das políticas públicas municipais, e adota outras providências. O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições constitucionais, bem como, no exercício do poder de regulamentar matérias de sua atribuição, no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do Artigo 27, da Lei Complementar nº 25, de 9 de agosto de 1994.~~

~~RESOLVE:~~

~~Art. 1º – Em estrito cumprimento à Constituição Federal, Art. 227, as leis orçamentárias dos Municípios deverão indicar, de forma clara e objetiva, os recursos a serem utilizados na execução de políticas públicas para o atendimento ao princípio da absoluta prioridade à criança e ao adolescente.~~

~~Parágrafo Único – Incluem-se dentre os recursos a que se refere o caput as receitas vinculadas, como as destinadas à saúde e à educação, e aquelas sem vinculação específica, como as destinadas à assistência social, cultura, esporte e lazer, e ao trabalho e justiça.~~

~~Art. 2º – O cumprimento do princípio da absoluta prioridade dar-se-á conforme Art. 227, § 1º, Incisos I e II, dispositivos estes que podem ser efetivados também mediante a criação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos da Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Parágrafo Único: O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá por missão institucional operacionalizar os recursos destinados à política de proteção integral à criança e ao adolescente, em caráter de complementação ao financiamento realizado nas diversas áreas aludidas no artigo anterior.~~

~~Art. 3º – O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e, em particular, a Lei Orçamentária Anual, darão especial destaque:~~

~~I – às ações, programas e serviços destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias, decorrentes das deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou, na sua falta, da política traçada pelo próprio Executivo, com a especificação das verbas correspondentes;~~

~~II – à indicação das dotações necessárias ao funcionamento ininterrupto do Conselho Tutelar local, considerando as despesas com a manutenção de sua sede, veículo, remuneração e capacitação de seus titulares e suplentes;~~

~~III – os créditos reservados às ações e atividades complementares a cargo do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e da Adolescência;~~

~~IV – os recursos para o cofinanciamento de programas e serviços destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias, cuja execução ocorra por intermédio de consórcio intermunicipal, onde houver filiação a entidades dessa espécie.~~

~~Art. 4º – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto na retromencionada Resolução nº 137, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, terá como competências, dentre outras:~~

~~I – deliberar acerca dos programas e ações a serem observados na proposta orçamentária para a execução das políticas públicas de atendimento prioritário à criança e ao adolescente;~~

~~II – formular, deliberar e acompanhar a execução e avaliação das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente, previstas nas Lei Orçamentárias, bem como, as de responsabilidade do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.~~

~~Art. 5º – As entidades e órgãos responsáveis pelo atendimento prioritário à criança e ao adolescente deverão editar e manter atualizados os instrumentos normativos necessários para assegurar o controle e o acompanhamento das políticas públicas de que trata esta Resolução.~~

~~Art. 6º – O descumprimento desta Resolução sujeita a entidade e os responsáveis às sanções previstas na Lei Complementar Estadual nº 25/94, no Regimento Interno do Tribunal de Contas e em suas respectivas alterações, bem como nos demais instrumentos normativos que tratam da matéria, sem prejuízo da comunicação ao Ministério Público Estadual para a adoção de outras medidas cabíveis.~~

~~Art. 7º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~**RESOLUÇÃO Nº 9.979, DE 10/02/2011**~~

~~Processo nº 200908502-00~~

~~Origem: Secretaria Municipal de Habitação de Belém – SEHAD/ PMB~~

~~Assunto: Termo de Adesão às Cláusulas Gerais do Contrato Único de Prestação de Serviços~~

~~Interessado: Sérgio de Souza Pimentel – (Secretário)~~

~~Relator: Conselheiro Alcides Alcantara~~

~~Decisão: Arquivar o presente processo, que trata do Termo de Adesão às Cláusulas Gerais do Contrato Único de Prestação de Serviços, de 06 de março de 2009, celebrado entre o BANCO DO BRASIL S/A e a Secretaria Municipal de Habitação de Belém – SEHAD/PMB, registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Brasília, pelo qual o primeiro, a custo zero e com dispensa de licitação, presta serviços bancários a segunda, uma vez que não há nas respectivas cláusulas obrigações para a Administração Municipal, o que constitui exceção ao previsto na Alínea “g”, do Inciso I, do Art. 30, da Lei nº 25/94, que trata dos atos sujeitos a cadastramento.~~

~~Unanimidade~~

~~**RESOLUÇÃO Nº 10.005, DE 22/03/2011**~~

~~Processo nº 140072007-00~~

~~Origem: Prefeitura Municipal de Belém~~

~~Assunto: Prestação de Contas – Exercício 2007~~

~~Responsável: Dulcimar Gomes da Costa~~

~~Relator: Conselheiro Cezar Colares~~

~~Decisão: I – Emitir parecer prévio, recomendando à Câmara Municipal de Belém, a APROVAÇÃO, das Contas de Governo da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade de Duciomar Gomes da Costa.~~

~~Unanimidade~~

~~**RESOLUÇÃO Nº 10.018, DE 31/03/2011**~~

~~Processo nº 201001318-00~~

~~Origem: Câmara Municipal de Itupiranga~~

~~Assunto: Reajuste dos Vencimentos dos servidores e Reajuste do Subsidio dos Vereadores – RESOLUÇÃO Nº 025/2009~~

~~Responsável: Antônio Marruaz da Silva – Presidente da CM~~

~~Relator: Conselheiro Cezar Colares~~

~~Decisão: NÃO CADASTRAR a RESOLUÇÃO Nº 025/2009, de 15 de dezembro de 2009, da Câmara Municipal de Itupiranga, que dispõe sobre reajuste dos vencimentos dos servidores concursados e reajuste dos subsídios dos vereadores, vez que foi inobservada a legislação pertinente. Comunicar Câmara Municipal, com urgência, com envio de cópia da referida decisão. Juntar os autos a prestação de contas. Unanimidade~~

~~**RESOLUÇÃO Nº 10.037, DE 03/05/2011**~~

~~Processo nº 200204817-00~~

~~Origem: Prefeitura Municipal de Abel Figueiredo~~

~~Assunto: Prestação de contas do exercício de 2001~~

~~Responsável: Dativo Araújo de Almeida~~

~~Relator do voto vencedor: Cons. Daniel Lavareda~~

~~Decisão: Emitir parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Abel Figueiredo, que sejam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal, exercício 2001, de responsabilidade do Sr. Dativo Araújo de Almeida, , vencida Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro José Carlos Araújo, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do voto do Conselheiro Daniel Lavareda.~~

~~**ACÓRDÃO Nº 20.793, DE 08/02/2011**~~

~~Processo nº 200812249-00~~

~~Origem: Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de São Miguel do Guamá~~

~~Assunto: Recurso de Reconsideração interposto contra a decisão deste Tribunal, objeto do ACÓRDÃO Nº 17.093/2008/TCM, referente ao exercício financeiro de 2005.~~

~~Interessado: José Maria dos Reis – (Ordenador)~~

~~Relator: Conselheiro Aloísio Chaves~~

~~Decisão: Conhecer do presente Recurso de Reconsideração, e no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão contida no ACÓRDÃO Nº 17.093/TCM, de 1º de abril de 2008, agora pela aprovação das contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do~~